



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
DATA: 16 DE NOVEMBRO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença do Vereador Milton Leite, Relator da Comissão de Finanças e Orçamento para o PL 479/2011, declaro abertos os trabalhos da 40ª Audiência Pública que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011, sendo a 7ª audiência pública temática do calendário, elaborado para discutir o PL 479/2011 de autoria do Executivo que estima a receita e fixa despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, pela internet, através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditorios On Line.

Saliento que as inscrições para os pronunciamentos estão abertas junto à secretaria da Comissão, as quais devem ser feitas por cada um dos presentes que desejar formular questões. Os inscritos terão tempo regimental de, no máximo e improrrogáveis, 3 minutos.

Foram convidados as Sras. e os Srs.: Carlos Augusto Machado Calil, Secretário Municipal de Cultura e Beatriz Franco do Amaral, Diretora do Fundo do Teatro Municipal de São Paulo.

Indago à assessoria se algumas dessas autoridades já se encontra presente.

(Pausa)

Não estão presentes. Suspenderei a sessão para aguardar a chegada dos convidados pelos 5 minutos restantes, completando os quinze minutos regimentais para que possamos dar prosseguimento à audiência pública.

Tenho a certeza de que o Sr. Secretário não faltará com a Cidade de São Paulo e com as responsabilidades que lhe competem.

Esclareço ainda que os interessados em formular questões, podem fazê-las através de formulário próprio – cedido pela secretaria da comissão -, mas também, para os que

desejam formular proposta de mutação da peça orçamentária do PL 479/2011 no sentido de serem apreciadas pelo relator, podem também fazer através da internet e dos diversos meios de comunicação disponíveis nesta Casa, bem como junto à secretaria da comissão.

Ao final, o Relator procederá à leitura, exame e acolhimento, ou não, das propostas encaminhadas. Mas, é seguro e sabido que este Relator examinará todas as propostas encaminhadas a tempo.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Presidente Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reabertos os trabalhos, já com a presença do Sr. Secretário Dr. Calil.

Sr. Secretário, bom dia, como de costume passaremos a palavra ao senhor para que possa fazer um breve relator da sua Pasta, descrevendo os recursos utilizados em 2011 e, principalmente, para 2012, com o comportamento verificado em 2011 e a perspectiva para 2012.

O senhor terá aproximadamente o tempo de quinze minutos para um breve relato se assim o entender. Depois, a Relatoria passará a formular as questões que se fazem necessárias.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Bom dia a todos, perdoem-me o atraso, estava perdido no outro auditório.

O ano de 2012 provavelmente será difícil para a Cultura no Brasil. Andei estudando os Orçamentos e no do Governo Federal há previsão de corte de 16%, de 12,3 bilhões para 1,79 bilhão; no do Governo Estadual há uma queda no valor de uns cem milhões, o valor nominal não muda, mas há uma queda interna dentro da Secretaria; e na Secretaria de Cultura Municipal haverá um corte previsto de 9%. Felizmente, até menor do que os outros, mas, enfim, um corte que nos afetará: de 394 a 357 milhões. É o que está previsto.

Não sendo Secretário nem das Finanças e nem do Planejamento, as razões para

esse possível porte, eu acho que estão relacionadas a austeridade fiscal do último ano de gestão, ao temor da Administração de ficar muito ameaçada pela Lei de Responsabilidade Fiscal - não nos esqueçamos do último ano da Prefeita Marta, que foi muito difícil -, e também a uma situação – que já aprendi a conviver – com certa dificuldade crônica que é a falta de recursos nos Municípios para atender todas as demandas.

Quando tentei entender o porquê de ser tão difícil conseguir recursos no Orçamento, na fonte 00 sobretudo, e acabei sabendo que o Orçamento da Prefeitura é feito do somatório de algumas despesas, digamos inevitáveis, como folha de pessoal, por exemplo, ou valor constitucional atribuído à Educação – todos sabem -, Saúde e dívidas.

A dívida com o Governo Federal é enorme, com juros absurdos – e ninguém fala, nem mexe nisso, de maneira que os serviços da dívida são caríssimos -, e, somando tudo isso, sobra para, digamos a Prefeitura alocar livremente às Secretarias todas que sobraram, quais sejam: Transportes, Habitação, Cultura, Meio Ambiente, Assistência Social, o valor é muito pequeno. Por isso, a situação fica difícil.

Mas não sou o Secretário de Planejamento e não tenho de falar disso. Tenho de tentar entender.

Quais são as possíveis consequências desse corte? Redução nos investimentos em programação e manutenção das nossas instituições, da própria Prefeitura; redução no volume de recursos em duas áreas, sobretudo: na dança, com menos 1 milhão e no cinema, com menos 1,5 milhão, em relação aos valores praticados este ano.

E, provável consequência também, é a ampliação do prazo das obras iniciadas, comprometendo, portanto, a conclusão de algumas delas das metas de gestão.

Esse é o quadro objetivo a partir da análise do Orçamento.

Há uma questão que gostaria de abordar com os senhores que foi a análise do Orçamento de 2011.

Em 2011, ou seja, este ano que estamos acabando de percorrer, o previsto no

nosso Orçamento era de 394 milhões. No entanto, o executado já está na ordem de 436, aliás, o disponível, ou seja, houve um acréscimo durante o próprio ano de 11% do Orçamento.

Aconteceu que, em função da própria dinâmica da execução orçamentária da Prefeitura, e sobretudo da nossa capacidade – capacidade da Secretaria de Cultura – de executar o Orçamento, lembrando que nossa média de execução é de 90%, os recursos são alocados da própria Prefeitura e acabam reforçando o Orçamento da Cultura.

Gostaria de acreditar, e acho ser possível, o mesmo comportamento no ano de 2012. Isto é, esperar que esse corte seja repostado durante o ano e que esses possíveis prejuízos não se verifiquem.

De qualquer modo, gostaria de dizer aos senhores que a Secretaria manterá os investimentos nas áreas fins, de cinema e dança, com remanejamento interno. Não haverá, portanto, apesar da sinalização de corte, há um compromisso e haverá um esforço nosso de remanejamento interno para que essas duas áreas não sejam afetadas. Isto é: compromisso que tenho com minha equipe e com os senhores, publicamente, é de que não haverá perda do investimento feito em 2011. Não teremos recuo. Não posso prometer nenhum avanço porque não fabricamos dinheiro, a Casa da Moeda não está subordinada à Secretaria de Cultura ainda.

Com relação aos fundos, o Funpatri é um fundo ligado ao Projeto Luz e Monumento que recebe recurso e repassa as receitas eventuais do Estado e do Governo Federal. Portanto, é um fundo muito limitado na sua execução.

O Funcap é sim um fundo muito interessante que poderia ter uma dinâmica muito maior se a lei pela qual foi criado não fosse tão distorcida a ponto de merecer agora um projeto de lei que será enviado à Câmara para ajustes nos parâmetros das multas. Isto é, são multas aplicadas a quem de alguma maneira afronta as determinações e leis relativamente ao Patrimônio Histórico. Só que as multas são de tal ordem, tão grandes, que se tornam inexecutáveis. Na verdade, essa lei acabou sendo quase que inútil.

O FEPAC é um fundo muito importante para nós porque é um fundo para atividade só cultural, portanto não pode ser usada para custeio e acaba sendo uma espécie de pulmão da Secretaria. Quando a Secretaria tem dificuldades, seja com fomento seja com qualquer tipo de financiamento à atividade externa ou programação, é o FEPAC que socorre. O FEPAC também sofreu cortes que nos deixará com massa de manobra menor.

Finalizando, a nossa execução orçamentária tem um equilíbrio interno razoável. A folha de pagamento corresponde a 25% do Orçamento da Cultura que é, em termos administrativos, bastante razoável.

O investimento também corresponde a 25% que também é uma taxa razoável, sobretudo porque equivale à folha de pagamento. O custeio está na ordem de 20%. Imaginando que o Orçamento da Cultura gire em torno de 400 milhões, ou seja, o custeio seria de 80, 20% de 400. A programação da Secretaria da Cultura, 30% desses 400, estamos falando, portanto, de 120 milhões. Repetindo, a folha de pagamento está em torno de 100, em 400; investimento, em torno de 100 em 400; custeio, 80, em 400; e a programação, 120. São números razoáveis. São, digamos, distribuições razoáveis.

Para encerrar, gostaria de comentar uma reportagem na revista *Valor Econômico*, de segunda-feira, 14/11, em que o Professor Renato Janine Ribeiro, da Filosofia, da USP, foi Diretor da Capes na gestão anterior do Governo Federal, escreveu um artigo chamado “Ministérios de Primeira e de Segunda”. O assunto tratado na reportagem mostra como ministérios como Esporte, Turismo, Cultura são considerados relevantes no Governo Federal a ponto de terem uma porcentagem de orçamento praticamente risível. No caso do Ministério da Cultura o orçamento é de 0,16% do Orçamento da União.

Em casa de ferreiro, espeto de pau, o que quero dizer é que no Brasil, tanto no nível Federal, Estadual quanto Municipal ainda não há um grande reconhecimento político do que pode fazer a cultura e outras pastas consideradas menores. Não conseguimos – dirigentes, políticos e artistas – e não fomos capazes ainda de chamar a atenção da sociedade

para o que podemos significar, ou seja, o que investimento na nossa área pode significar. Isso está se refletindo este ano nos três níveis de governo, provando que infelizmente a tese do Professor Renato Janine Ribeiro tem sua razão de ser.

O Professor não menciona o caso específico de São Paulo, mas fala que os municípios também são afetados por isso. O foco da discussão é o Governo Federal, ou seja, na falta de visibilidade e força política das áreas tidas como menores. Ele menciona que o Ministério da Cultura teve dois Ministros ilustres, segundo o Professor, o Celso Furtado – talvez as pessoas não se lembrem – e o Gilberto Gil, mais recentemente. Nenhum dos dois - posso dizer também como testemunha - foi capaz de mudar essa situação da irrelevância orçamentária do Ministério ao qual foram titulares.

É claro que essas gestões tiveram prestígio político grande emprestado pelas figuras deles, quer dizer, homens ilustres que emprestaram seus prestígios pessoais às pastas que dirigiram. No entanto, isso não mudou a situação objetiva de melhora significativa na alocação de recursos orçamentários.

Outra hipótese que se coloca para nós diante da dificuldade do corte que teremos de enfrentar é a perspectiva de parcerias. Vamos buscar as parcerias onde elas estiverem, no Estado, no Governo Federal, lembrando que nem sempre é muito fácil obter essas parcerias, quer dizer, obter é mais fácil do que recebê-las porque muitas vezes a Prefeitura está no cadastro dos inadimplentes do Governo Federal. Isso significa que mesmo tendo conseguido um recurso do Governo Federal – algo que conseguimos o ano passado e este ano – nem sempre esse recurso pode ser transferido a nós por conta da inadimplência que não é da Cultura, mas é da Prefeitura ou de algum órgão da Prefeitura diante do Governo Federal.

Diante de todos esses elementos quero dizer que estamos cientes das dificuldades que enfrentaremos, sobretudo em ano político em que a partir de certo momento os ânimos se exaltam e muita coisa é fabricada, inventada, às vezes sem muita razão e substância, mas enfim, é um ano tenso a partir do segundo semestre sobretudo e afeta, evidentemente, a

execução, o desempenho da máquina administrativa e da própria política. Estamos cientes de que é preciso fazer algo para reparar os principais danos, aqueles que poderiam afetar as áreas que se consolidaram recentemente nessa gestão que concluiremos no próximo ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, indaguei à Dona Beatriz porque na redução que V.Exa. preconizou, no corte eventual, temos um advento novo. No ano passado havia o Theatro Municipal incluso na sua pasta, no orçamento direto. Correto, Sr. Secretário?

O SR. CARLOS AUGUSTO MACHADO CALIL - Sim.

P – Esse orçamento foi aberto contemplando o Theatro com 38 milhões. Esse dinheiro era direto na sua pasta?

R – Sim, continua sendo na pasta.

P – Na consideração da redução dos orçamentos, no cálculo que V.Exa. fez está incluído ou excluído o dinheiro do Theatro?

R – Está incluído.

P – V.Exa. começou o orçamento de 2011 com 337. Houve alguma operação de crédito em que V.Exa. cresceu valor significativo? A fonte de crédito veio da fonte 01, ou seja, provavelmente, empréstimo ou parcerias. De onde veio esse dinheiro que V.Exa. acrescentou um valor significativo na sua conta de 2011? O número que eu tinha atualizado em 31/10 era de 24.974.858 na fonte 01, ou seja, não era fonte 00 e nem 02 e 03.

Queria que V.Exa. identificasse onde houve esse acréscimo orçamentário, considerando que o Orçamento original o senhor já majorou. A proposta que veio para a Câmara de 2010/2011 não foi de 337, foi inferior. Eu acresci alguns valores, e o senhor ainda foi contemplado com outros valores. O que foi acrescentado em 2011 e de onde veio o dinheiro.

O SR. SECRETÁRIO – Principalmente do Fundurb, que é um fundo que recebe recursos da outorga onerosa e, portanto, socorreu algumas obras e, com isso, liberou recursos

da fonte 00. Uma manobra orçamentária que libera recursos...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Legal, não há nenhum problema.

O SR. SECRETÁRIO - ...trazendo-os de onde eles estão. Outra fonte foi empréstimo. Como muitas de nossas obras têm recursos do BID, pode-se mudar a porcentagem da participação do BID em relação à obra. Quer dizer, da relação entre a fonte 00 e o orçamento do BID.

P – Quanto o senhor recebeu do BID?

R – Eu não tenho esse número agora para lhe dizer.

P – Número aproximado? A assessoria pode socorrer V.Exa..

R – Talvez daqui a pouco tenhamos condições de oferecer.

P – Então, em seguida, o senhor passe os números. Quando o senhor fala do Fundurb, a pergunta é: em 2011 o senhor contará com a entrada de recursos, que poderão majorar ou recuperar a peça orçamentária, permitindo novamente o remanejamento ao qual o senhor faz alusão?

R – Espero que sim. Não posso lhe garantir que sim, assim como ano passado eu não poderia dizer que eu teria 11% a mais do Orçamento, que seria um traço de vidência, de uma certa... algum recurso há de vir. Algum recurso espero que venha.

P – É diferente de zero. Então, dinheiro haverá. Nós dois sabemos que haverá mais recurso do Fundurb. O senhor concorda, Secretário?

R – Eu espero sinceramente.

P – O senhor tem uma estimativa, pelo que veio nos últimos 5 anos, de quanto virá?

R – Não, não posso dizer. Se esse ano tivermos 11% de acréscimo, e o corte foi de 9% este ano, se houver reposição...

P – Zerou a operação.

R –...o que eu desejaria me comprometer com os senhores aqui é de não perder

investimento em 2012. Já será uma meta razoável.

P – Na sua fala, V.Exa. colocou que não haveria problema na área da dança, pois V.Exa colocaria recursos nela. Estive observando esses recursos na dança, e notei que começamos o exercício de 2012 inferior àquilo que precisamos. O senhor disse que na dança iria remanejar. O senhor tem ideia dos números nessa área, Sr. Secretário?

R – Tenho.

P – O que o senhor pretende para dança em 2012?

R – Em 2011, dos últimos dois editais, um foi de 3 milhões 917 e o outro 1 milhão 926. Essa soma dá 5,8. Há ainda alguns valores que se carregam dos anos anteriores. Quer dizer, ano anterior. Então, trabalhamos com a dotação de 6 milhões 424.

P – É insuficiente, então?

R – Não, essa será a que eu pretendo manter ano que vem. Insuficiente está o valor atribuído esse ano. Houve perda de um milhão. Na peça orçamentária que está sendo proposta à Câmara, há uma perda prevista de 1 milhão 156 mil. Pretendo remanejar recursos internos, a não ser que o Vereador faça a gentileza, que seria muito bem-vinda, de contribuir com uma emenda à dança. Senão, nós faremos o remanejamento interno da Secretaria para suprir de recursos o volume que a dança este ano conseguiu gastar. Este ano, finalmente, conseguimos aprovar 30 projetos previstos em lei. Então, esse nível, que foi o melhor de execução que conseguimos ter até agora na dança, pretendo que seja mantido em 2012.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Quero registrar a presença do nobre Vereador José Américo. Vou permitir a palavra do nobre Vereador. Em seguida, retomo para divergir na colocação dos números de V.Exa. Por duas razões. Ano passado eu aumentei, a pedido de V.Exa. e do nobre Vereador José Américo, o recurso para a dança. V.Exa. disse que precisa de emenda de Vereador. Se a relatoria aumentar não resolve?

R – Não, ajuda muito, mas precisamos que isso seja politicamente combinado com o planejamento. Se o planejamento resolver não executar, não me adianta nada. Como V.Exa.

sabe, melhor do que eu, o Orçamento é autorizativo. Ele não é obrigatório. É claro que as coisas ficam mais fáceis. É óbvio.

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) – Um dia ele será determinativo.

Bom dia, Srs. Vereadores, Secretário Calil, demais presentes a esta audiência. Eu me inscrevi para falar especificamente da Cultura e do Orçamento Municipal. Temos tido, ultimamente, um ganho de receita muito grande na cidade de São Paulo, histórico. Nos últimos seis, sete anos, tivemos um ganho de receita que ultrapassa 70% em termos reais. É uma coisa absurda em se tratando de uma Cidade como São Paulo. Se de um lado a Cidade tem conseguido fazer algumas coisas que não faziam antes, alguns investimentos em viadutos, etc, de outro a execução orçamentária, em algumas áreas, tem sido tão ruim, tão baixa, que temos tido na cidade de São Paulo um fenômeno inédito, a sobra de dinheiro, a sobra de caixa.

No ano passado, diziam que o Orçamento, inclusive o que tinha sido preparado pelo nobre Vereador Milton Leite, estava superestimado. Coisíssima nenhuma. Não superestimou coisíssima nenhuma, deu tudo certo. O problema é que o Governo executa pouco. Então, tivemos em 2010 uma sobra de 2 bilhões e 700 milhões, e este ano, se a execução orçamentária continuar como está, Secretário Calil, talvez batamos nos 2,5 bilhões de sobra. Só saberemos isso no dia 30 de março do ano que vem, data em que sai o balanço final do Governo.

Então, é um governo que tem dinheiro e, na minha opinião, apesar de ter dinheiro, está sendo econômico, até um pouco mesquinho em relação à arte, à cultura, pois poderia ser mais generoso com essas áreas considerando-se que temos uma disponibilidade de caixa muito grande.

A cidade de São Paulo tem uma particularidade. O investimento cultural na cidade de São Paulo tem de ser, necessariamente, maior, proporcionalmente, em relação ao da maioria das cidades brasileiras, pelo seu tamanho, pela sua tradição cultural, pela organização dos grupos e movimentos sociais na nossa Cidade. E acho que tem havido, historicamente, um

retrocesso.

Nossas casas de cultura funcionam mal hoje, não há novas casas de cultura. A estratégia cultural nos Centros Educacionais Unificados, CEUs, também teve um retrocesso. Então, lastimo que no momento de recuperação econômica da Cidade o Orçamento da Cultura tenha sido tão acanhado. Seis bilhões em caixa em 18/10/2011.

De todo modo, vai ter uma maquiagem no final do ano de coisas que serão pagas, etc.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, permita-me um aparte. Não são 6 bilhões. O valor é bem maior. É que o Governo, alguns membros do Governo, está com a prática, e eu tenho conversado permanentemente com o Prefeito sobre isso, de esconder dinheiro. O que é isso? Vou dar um exemplo do que estão fazendo. O que vou citar é operação urbana.

Mas nós temos hoje mais de dez bilhões em caixa e por que tem? Ele pega dinheiro, empenha recurso para esconder a não aplicação financeira aonde não se quer ter obra. Por exemplo, ele escondeu na Roberto Marinho 360 milhões para Habitação, não tem nem contrato.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Isso, não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Para a desapropriação, não está concluído o projeto, só ali são 670 milhões de dinheiro que desapareceu. Empenha-se dinheiro em coisas não realizadas. A impressão é que não tem dinheiro em caixa.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E fica reclamando o Sr. Secretário que quer... Acho que eles – e eu falo a ele e de público – adoram o mercado financeiro! É um absurdo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Verdade, é impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É um Governo que eu ajudei a eleger, mas não tenho problema de fazer críticas duras, dura porque é uma prática que gostaríamos de

entender, Secretário. Estamos fazendo, para o senhor ter uma ideia, muito claramente, com o devido respaldo político para dizer, fazer um balanço, onde está o dinheiro empenhado, aonde é que vamos empenhar nos próximos seis meses, quais os contratos que têm, quais as licitações e fazer o balanço efetivo. Vamos proceder publicamente porque ficar regulando dinheiro para a Cultura, mais dinheiro para a Saúde, um pouco que falta para a Educação para ficar no mercado financeiro? Nós transitamos este ano, Vereador José Américo, a média baixa, na pior das hipóteses, eu posso lhe garantir, aplicado no mercado financeiro foram oito bilhões! E transitamos por dez meses aplicado no mercado financeiro foram oito bilhões, em caixa! Ora, se eu tenho um delta transitando, o ano de 2011 com cerca de oito bilhões, em média, em caixa, onde está esse dinheiro? V.Exa. disse seis bilhões, mas não são seis, são mais porque estão aplicados no mercado financeiro e esse dinheiro não dá para esconder. Esse está comprometido... o resto... não é verdade, não está! Se nós pagamos todos os contratos, todos os empenhos daqui para frente com a arrecadação sempre haverá um delta, uma sobra financeira que não vai se gastar! Eu não sei quem é que ganha com isso. Eu afirmo com o devido respaldo político, nós vamos proceder, vamos procurar saber dos empenhos, tudo que têm para trás, 90 dias, as aplicações no mercado financeiro e os contratos futuros. Quero até março do ano que vem. Vamos saber onde está escondendo o dinheiro, vamos dizer para ele aqui, na audiência, é dia 12, quem estiver interessado é dia 12 no Plenário, e vai haver – desculpe a palavra – um “porrete” danado, para não falar o sinônimo, com o Secretário de Finanças, Planejamento, ou seja, o Sr. Mauro Ricardo, o Sr. Rubens Chammas e o Sr. Bucalem. Vamos perguntar: o que estão pensando em fazer com o dinheiro da cidade? Vamos demonstrar cabalmente onde estão os recursos, não pode acontecer isso, não pode!

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Muito bem, Milton, muito bem. Queria dizer que o senhor deu um diagnóstico mais bem acabado da situação financeira da cidade do que eu, não é à toa que o senhor vem sendo o relator do Orçamento há anos.

Num certo sentido temos também execução orçamentária não realizada. Por

exemplo, para dar uma ideia, quanto às creches, tinha 130 milhões para construção delas, só 20 ou 30 milhões foram gastos, o resto vai sobrar num esquema em que não sabemos direito o que vai acontecer.

Mas indo direto à questão do fomento, temos, Secretário Calil, temos negociado com o Governo, a partir de conversa com o Prefeito Kassab e depois estivemos com o Secretário Lembo, estamos negociando um decreto que resolve em parte, de forma considerável aquele problema do decreto feito e que mudou a forma de contratação do fomento para convênio. Independente do nome implicou em aumento de tributação. Conversamos com o Secretário Lembo, está praticamente nos “finalmentes”, ele nos fez uma proposta. Neste caso, não tem jeito porque são 15% de tributo, mais ou menos. A saída dada pelo Procurador do Município é que os grupos pagam, mas é declarado, passa a fazer parte da prestação de contas. Então, num certo sentido a Prefeitura, através do dinheiro do fomento, paga. Precisamos inicialmente de 15% a mais no dinheiro do fomento.

Mas temos um problema, se todo mundo prestou atenção, o Secretário falou que é um passivo que o fomento à dança vem arrastando. Em minha opinião o passivo que o fomento vem arrastando é uma forma cruel de cortar o dinheiro. Você tem um orçamento “x” ou tem que pagar o que sobrou do ano passado, e sempre paga, então o orçamento de seis milhões vai dar mais ou menos quatro milhões. Temos que discutir o que é, viu, Vereador Milton Leite? Como tem que arrastar o passivo, seis milhões significa, na melhor das hipóteses, quatro milhões e meio. Então, historicamente a verba do fomento à dança vem sendo cortada e antigamente do teatro por proposta que fizemos, um pedido que nós fizemos, que a categoria fez ao senhor – Milton Leite -, e o senhor resolveu a questão do teatro. Como o teatro tem importância fixa, ele vem sendo reajustado, não tem tanto problema. Mas a dança é isso.

Acho que precisaríamos de aporte considerável à dança para poder fazer frente aos 15%, para poder fazer frente ao passivo que a gente vinha arrastando. E para que o Orçamento fique em torno de seis, sete milhões precisamos entre nove ou dez milhões ,que é o

que está carta. O que está na carta, acho, são nove milhões e seiscentos mil, é mais ou menos isso. E dos dois milhões que estamos arrastando como pendência precária, pelo menos, disso aí para ficar nos seis em termos reais.

Acho que precisamos de aporte e o relator do Orçamento pode fazer, a Câmara pode fazer numa demonstração de que tem sensibilidade em relação à Cultura, à Arte, em relação às políticas de fomento.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A Sra. Beatriz acabou de chegar. Se quiser, pode tomar assento à minha esquerda.

Vou então continuar formulando as questões e o Secretário poderá responder as perguntas em seguida. Com relação, Vereador José Américo, aos recursos que V.Exa. referiu-se, fiquei tranquilo, eu farei constar da peça orçamentária e duvido que eles tirem este ano. Vamos dispor de mecanismos legais para que impeça que eles retirem. Na Câmara há mecanismo para isso. O Secretário imagina que com decreto de 15% faz o que quer. Não, faz o que a gente permite e não vamos permitir. Estou dizendo isso publicamente porque eu sei que ele lê todas as palavras que aqui falo e sabe que eu sou duro.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É uma trava para que ele não possa tirar o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Travar o dinheiro, ele não tira o dinheiro. Ele fica brincando aqui e nós também vamos acertar isso. (Palmas) Não vamos permitir que se fizesse assim, um jogo de esconde dinheiro na alta Administração não é uma prática muito correta, não. A impressão é que tem outro querendo ser o Prefeito sem estar na cadeira. Isso nós não vamos permitir.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Eles tinham me falado, parece que tem gente do público querendo se inscrever. Em que momento se pode fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já estão abertas as inscrições, e os que o

desejarem poderão fazer sua inscrição junto à secretaria para formular suas questões. O mecanismo, vou repetir, é o seguinte: aqueles que desejarem formular questões ao Sr. Secretário ou à Mesa poderão fazer inscrição na recepção. As perguntas serão feitas em bloco. Cada um poderá se manifestar por três minutos no microfone. Além disso, é permitido, há um formulário para que possa fazer propostas especificamente por escrito. Então: eu quero dinheiro para a dança, eu quero aumentar recursos para o pessoal, ele pode propor porque aí vamos discutir nos termos técnicos a modificação que se pede.

Secretário, V.Sa. disse - e eu vou passar a palavra quando tiver mais inscrições – que as obras estão num bom ritmo na parte da Cultura. Indago: essa modificação compromete as obras? O senhor está tocando todos os equipamentos de Cultura?

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Nós teríamos condições de executar muito mais. Temos projetos em licitações em andamento que permitiriam, pelo menos, mais uns cem milhões de execução...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quais são as principais, que compõe esse recurso de 100 milhões?

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL - Os principais são o Centro Cultural de Cidade Tiradentes, um obra imensa, Centro Cultural de Itaquera, anexo da Biblioteca Mário de Andrade, a Praça das Artes, Anexo do Arquivo Histórico, Chácara Lenin, Biblioteca Sergio Buarque de Holanda, Teatro Alfredo Mesquita, Centro Cultural da Penha, Centro Cultural de Santo Amaro, Teatro Artur Azevedo, Teatro Flávio Império, Escola de Circo Piolin, Teatro Arte Palácio, Cinema Municipal Ipiranga, Edifício Sampaio Moreira, Teatro Marrocos, Vila Itororó. São esses que lembro aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Essas obras estão...

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Em vários níveis de estágios. Tem estágios mais avançados e estágios menos avançado. Tem obras bem avançadas, tipo Praça das Artes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O quanto está comprometido que o senhor

pretende gastar? Se olharmos a peça como está hoje, o senhor tem aqui atividades 146 milhões mais outras fontes. No projeto atividades o senhor tem 146. Pessoal o senhor tem 89..

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Para obra tem 67.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Abriram o 146...

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Obra tem 67. O que é insuficiente...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Para atividade, qual a diferença de 146? O senhor tem aqui projeto atividade. O senhor tem aqui proposta da peça bruta, o senhor tem 274, hoje. O senhor tem 146 está contemplado obras, 89, 90 danos pessoas, 38 para projetos, e mais o Teatro Municipal, com 38. Gostaria que o senhor explicasse a abertura dos 146, não o pessoal, evidentemente, e do projeto, e mais se na parte pessoal a remuneração a contento, como está a remuneração, o que é preciso modificar, porque falamos em obra esquece de gênio, e a cultura principalmente, se humano. O material humano é essencial nesse momento, o senhor conhece melhor do que eu. Como o senhor vai gastar os 146 como que o senhor vai gastar ele e os projetos que o senhor compõe os 38 milhões abaixo, os principais projetos, secretário que sei a lista é grande.

O SR. PAULO RODRIGUES – Bom dia. O Secretário no começo, a divisão de rubricas orçamentárias principais onde 25% folha de pagamento, 25% é investimento. Algo em torno de 20%, é custeio e algo em torno de 30% é o que chamamos de programação de uma maneira geral que envolve fomentos, lei de incentivo e o fundo de cultura também. tentamos preservar essa ordem, nesse orçamento de 2012. Esse equilíbrio entre investimentos, folha de pagamento, a parte de custeio, que são todos os contratos, vigilância, limpeza, manutenção e assim por diante, e a parte de programação também. Esse equilíbrio apesar do corte, tentamos manter no orçamento de 2012. O corte vai atingir bastante da parte como o Secretário disse, da parte de obras. Vamos tentar diminuir o ritmo de algumas obras, reescalando e fazendo um novo calendário de programações para 2012, a fim de preservarmos, como já foi garantido aqui, o fomento ao teatro, à dança e ao cinema. A nossa busca é sempre mantermos um

equilíbrio de macrodespesas, como folha de pagamento; investimentos, que chamamos de obras; custeio, que são contratos e a programação, com um custo aproximado de 120 milhões de reais, divididos em blocos, que são fomentos, corpos artísticos, a Lei de Incentivo e a parte de fundo especial da Cultura. Tentamos manter esse equilíbrio, apesar do corte no orçamento do próximo ano. O que vai atingir esses 30 milhões de reais a menos está muito relacionado a obras. Vamos tentar recuperar, inclusive, um próprio incremento do Fundurb para o ano que vem. Tal fundo tem uma boa perspectiva em 2012. Estamos incluídos no pacote. As obras do centro, principalmente, estão muito dotadas com a fonte 08, que é o Fundurb.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, segundo suas palavras, no final do Governo Marta Suplicy, foi muito difícil a área de cultura. De lá para cá, distam sete orçamentos. Gostaria de entender o significado dessa sua afirmação.

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Na época, era diretor do Centro Cultural São Paulo. As despesas que empenhamos, no segundo semestre de 2004, não foram pagas. Tornei-me, para minha surpresa e para surpresa de muitas pessoas, Secretário Municipal de Cultura, logo no Governo que havia assumido, três meses depois. Durante 2005, paguei 20 milhões de reais, cujos empenhos haviam sido cancelados em toda a Secretaria Municipal de Cultura. Portanto, em 2005, foi muito difícil se executar um novo orçamento. A maioria dos Secretários, no Governo Serra, preferiu diferir(?) pagamentos. Achei que isso não era justo. Aliás, o pessoal da cultura havia cumprido suas obrigações e merecia merecer. Então, esse próprio orçamento teve de, naquele ano, absorver a dívida de 20 milhões de reais. Foi muito difícil estar, no Centro Cultural São Paulo, no final do ano, naquela gestão, com uma dificuldade enorme no orçamento e na liberação de recursos. Lembro-me, na ocasião, de uma figura admirável, o Dr. Police, pai do Presidente da Câmara, que recebia todos nós, de todas as áreas, e tentava encontrar soluções. Evidentemente, o cobertor era muito curto. Então, foi difícil a situação, nos anos de 2004 e 2005, para serem pagas as despesas de 2004. Não pretendo deixar nenhum pagamento em aberto ao meu sucessor, seja quem for.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, a dificuldade foi por conta do cancelamento de empenhos. Depois, V.Exa. honrou isso no Governo seguinte. Optou assim porque o pessoal prestou, efetivamente, serviços. Outros Secretários tomaram outras decisões, mas V.Exa. optou pagar os serviços prestados.

Tem a palavra o nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Em primeiro lugar, não entendi a citação do Sr. Secretário Calil. S.Exa. é medianamente informado para saber que, em primeiro lugar, que houve divergências. É óbvio que os empenhos que V.Exa. está se referindo foram cancelados, mas houve divergências que foram para a imprensa, na época, sobre se a Sra. Marta Suplicy teria deixado dinheiro ou não, para que compromissos fossem honrados. O Sr. José Serra dizia que não, e a Sra. Marta Suplicy dizia que sim. Essa questão acabou indo para o Supremo Tribunal Federal, que deu ganho de causa à ex-Prefeita, dizendo que, efetivamente, o dinheiro foi deixado; evidentemente, não na Cultura, mas em outras áreas, para os compromissos serem pagos.

O Governo Marta Suplicy merece as críticas que V.Exa. está fazendo, mas por outros motivos. Houve um salto histórico de receita, na cidade de São Paulo, que nunca aconteceu. Se pegarmos, desde à fundação da cidade, não houve, em tão pouco tempo, um salto financeiro tão grande. Saímos de um orçamento, em 2005, em torno de 15 bilhões de reais, e agora estamos trabalhando com 38 bilhões de reais. Estamos falando de um saldo de quase 70% descontado da inflação, de uma realidade econômica e financeira totalmente diferente. A cidade é outra, sob o ponto de vista financeiro. Um município que teve uma receita, como São Paulo, foi para outro patamar. Hoje é intermediária no mundo. Se dolarizarmos e dividirmos pelo número de habitantes, várias capitais de Estados norte-americanos não têm o orçamento de São Paulo. Geralmente, as capitais pagam a Polícia nos Estados Unidos. Então, aí há um gasto considerável. Parte das capitais de lá não têm dois mil dólares *per capita* de orçamento que a nossa cidade tem.

Então, passamos para outro patamar financeiro. Não entendi as suas palavras, Sr. Secretário. Acho até que a Sra. Marta Suplicy e o Governo até mereçam suas críticas, mas por outros motivos, repito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu que agradeço, nobre Vereador.

Recebi duas pranchas, duas planilhas. Estão inscritos os Srs. Fábio Siqueira; Gabriel; Sandro Borelli, Presidente da Cooperativa; Oswaldo e Beatriz Franco.

O Sr. Secretário, para responder as questões, dará esclarecimentos e explicações com relação à Fundação Theatro Municipal de São Paulo. Aliás, está marcada uma audiência pública para tratarmos dessa questão.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência ao Orçamento Participativo. Há resistência mesmo, porque há seis anos estão brigando para retomá-lo.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Saúdo o Sr. Presidente, nobre Vereador Milton Leite; o nobre Vereador José Américo, pela histórica luta na pasta da Cultura; o Sr. Carlos Augusto Calil, professor e Secretário Municipal da Cultura; Paulo, chefe de gabinete; artistas presentes; militantes e trabalhadores do mundo artístico e cultural da cidade de São Paulo.

Infelizmente, há algumas desinformações de sua parte, Sr. Secretário Calil. Fiquei bastante indignado com o seu depoimento em sua publicação quase oficial da Funarte, dizendo que nunca houve reformas na Biblioteca Mário de Andrade. Houve reformas sim, em 1991 e 1992, na gestão da ex-Prefeita Luíza Erundina, e S.Exa. ignorou isso. Aliás, ela ficou fechada durante um ano e meio, em 1991 e 1992. É lamentável. S.Exa. tem de se informar sobre a história dos equipamentos públicas na cidade de São Paulo. Com treze anos, frequentava biblioteca e sei que houve reformas. Aliás, lá havia uma placa, a qual foi retirada.

O Sr. Secretário e o Sr. José Serra fizeram uma justíssima homenagem ao Sr. Décio Almeida Prado, grande ícone do jornalismo do teatro paulista, em 2005, conforme o decreto 46434. Ocorre que já há o Teatro Décio Almeida Prado no CEU Aricanduva. Então,

S.Exa. fez uma homenagem a um teatro já existente na Prefeitura. Em Pinheiros, também há um teatro com esse nome, ameaçado pelo quarteirão(?) da Saúde, conforme matéria aprovada nesta Casa. Gostaria de saber a razão de darem o mesmo nome a uma biblioteca se há outros personagens famosos, como Orígenes Lessa e Diná Silveira de Queirós. Certos nomes em bibliotecas foram perdidos.

Passaremos ao orçamento da cultura nessa pasta. A Biblioteca Mário de Andrade foi inaugurada há dois anos. Lá não há serviço de xerox. Quando ele será aberto? Em janeiro, serão completados dois anos e ainda está faltando isso.

Quanto à questão da iniciação artística em CEUs, segundo a Agenda 2012, das 43 unidades existentes, em São Paulo, apenas dez têm esse programa. Estou falando da dotação 6427. Onde está a iniciação artística nos outros 33 CEUs? Como o Vereador José Américo já disse, tem de haver igualdade em CEUs. Se dez contam com certos serviços, os outros precisam também contar; ou será que a Agenda 2012 está errada?

No ano passado, havia uma verba de 1,6 milhão de reais para bibliotecas nos CEUs. Isso não foi executado. O que ocorreu com a dotação? Defendo também o Museu da Televisão, conforme a lei 14.875. Até agora, não há orçamento para isso. Essa matéria foi aprovada, na LDO, em primeira. O que ocorreu com essa verba? Quanto à reforma de construção de teatros, apenas estão destinados 300 mil reais para o ano que vem. O Teatro de Vila Prudente desapareceu? E o Teatro da Freguesia do Ó? Esse é um dos bairros mais antigos, em São Paulo, fundado em 1580. Lá não há teatro.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Em Brasilândia, há 400 mil habitantes aproximadamente.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Lá há dois teatros em dois CEUs, da Paz e do Jardim Paulistano. Ocorre que, no distrito da Freguesia do Ó, não há teatros. Foi aprovado e prometido pelo Sr. Prefeito Gilberto Kassab um teatro, na agenda de 2012, para lá. Sabem o que fizeram? Um palco não aceitável, na Casa de Cultura Salvador Ligabue, e tiraram o teatro na Freguesia do Ó. Não é possível serem feitas peças respeitadas lá, por ser uma obra

remendada. Jogaram um teatro em Santo Amaro, onde já há um teatro, o Paulo Eiró. Estão querendo construir um teatro na Biblioteca Presidente Kennedy, antiga Prestes Maia. Olhem, dois teatros, em Santo Amaro, e nenhum na Freguesia do Ó. São 431 anos sem teatro no bairro. Será que a população merece sofrer esse desrespeito? A Freguesia do Ó foi consultada, para que seja mudado o teatro que ficaria lá e foi instalado em Santo Amaro? Onde está o teatro na Vila Prudente? O Vereador Francisco Chagas disse que houve problemas ambientais, mas o teatro está, há sete anos, rodando na praça.

Quanto às casas de cultura, gostaria de saber quais obras serão realizadas. Será inaugurado o centro cultural do M'Boi Mirim até 31 de dezembro de 2012? Há uma verba para isso. A Casa de Cultura Ermelino Matarazzo não está nem prevista. O Vereador José Américo também falou sobre as verbas destinadas às casas de cultura. Há zero real. Por exemplo, não há verbas, em 2011, executadas, em dez meses para a Casa de Cultura da Penha. O Sr. Subprefeito tem de ser cobrado, mas o Sr. Secretário também, porque a pasta da Cultura, embora não seja da sua área, é tema da sua área. Tudo isso precisa ser explicado.

Por fim, gostaria de saber sobre as subvenções. De 2005 a 2011, a Fundação Bienal recebeu 11,8 milhões de reais e o MASP, 7,5 milhões de reais. Ocorre que o MAM recebeu zero real. Há dotação para subvenção ao Museu de Arte Moderna? A Câmara Brasileira do Livro recebeu apenas 24 mil reais. Desde 2007, não se recebe um centavo, e há dotação no orçamento para isso. Nesses dez meses de 2011, a Fundação Dorina Nowill não recebeu um real. Por que há subvenção para muitos, muito dinheiro? Estou falando de entidades culturais respeitadas. E por que, por outro lado, para certas entidades, não há subvenção? No Centro Cultural Cidade Tiradentes, haverá inauguração, em 31 de dezembro de 2012? Em 2008, a verba foi de 8 milhões de reais, mas sumiu, não foi executada. Por que há demora, quando falamos do Centro Cultural da Cidade Tiradentes?

Quanto à dotação 6358, referente a outras subvenções, não falam para onde o dinheiro vai. O PTA anterior, até 2009, falava sobre subvenções da Fundação Magda

Tagliaferro, da grande pianista brasileira e da Fundação Museu Lasar Segall. Tais dotações continuam sendo destinadas para essas duas instituições? Por que o orçamento da Cultura não fala para onde vai a dotação 6358 e outras subvenções culturais? Gostaria de saber quanto dinheiro foi destinado para cada entidade.

Nesses seis anos de gestão, ficou muito triste vermos tantos descabros na pasta da Cultura. Gostaria de saber quais serão as obras, inclusive com dotação que viola a Lei Orgânica do Município, no sentido de construção de teatros e suas reformas. Precisam dizer quais serão. Quanto custou a reforma do Teatro Cacilda Becker, já entregue?

Sr. Secretário, V.Exa. vai instalar ou não o Conselho Municipal de Cultura?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Secretário anotou todas as informações postuladas pelo Sr. Fábio Siqueira. A elas, adicione um esclarecimento a respeito do Teatro Paulo Eiró, em Santo Amaro. Se houver necessidade de recursos, vou aportá-los. Gostaria que ele voltasse a funcionar como teatro. Aliás, a zona Sul carece de um teatro, um equipamento polo, dada à sua população gigantesca, para ter melhor destaque. A distância para o grande centro da cultura, em São Paulo, é muito distante para a população carente, com peças mais seletivas que poderiam ser apresentadas, perfeitamente, no Teatro Paulo Eiró, um equipamento municipal. Se houver necessidade de recursos, vou aportá-los, repito. Se colocar, não sairão. O Sr. Gabriel entregou um documento extenso, o qual vou ler, no gabinete, onde farei as observações pertinentes.

Tem a palavra o Sr. Gabriel.

O SR. GABRIEL – Sou da Rede Nossa São Paulo. Participo da Secretaria Executiva do GT de Juventude dessa rede. Entregarei aos Vereadores essa carta para conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Solicito à Assessoria que providencie cópias do documento e distribua aos presentes na reunião.

O SR. GABRIEL – Saúdo a mesa em nome do Sr. Presidente, Vereador Milton Leite, relator. A Rede Nossa São Paulo reuniu-se há cerca de quinze dias. Com muita surpresa, tomamos conhecimento da previsão orçamentária para 2012, referente à Cultura. Na carta, indicamos uma redução, de 18,3%. Ocorre que ela foi de 26,97%. Recebemos a notícia com mais surpresa. Redigimos uma carta. Tentamos ser propositivos, colocando alguns pontos importantes. Primeiro, em nome do GT da Juventude da Nossa São Paulo e o Conjunto de Movimentos Juvenis e Organizações Parceiras, que trabalham com as políticas públicas de Juventude, gostaríamos de manifestar a nossa profunda rejeição à proposta orçamentária de 2012, para a Secretaria Municipal de Cultura.

Colocamos alguns aspectos: a juventude é uma das que mais se beneficia das políticas de cultura. É absolutamente conhecido que a cultura hoje ocupa um espaço central na vida da juventude e que permite o acesso a outros direitos.

Destacamos a importância e o grande marco que tem sido o Programa VAI, Valorização das Iniciativas Culturais, para a juventude, especialmente a da periferia que é a que mais sofre com a violência e a dificuldade de acesso a direitos. O Programa VAI impulsionou a periferia, especialmente o acesso, não só ao jovem que produz cultura, mas também a toda população que mora no local, onde os projetos da juventude acontecem.

Seguem alguns pontos importantes: a defesa de um orçamento de 3.500 milhões para o Programa VAI, de forma que haja ampliação dos programas atendidos. Está previsto, para 2012, 3.100 milhões. Isso fará com que diminua o número de grupos atendidos pelo VAI, o que é uma grande contradição, já que o Programa tem mostrado que é eficiente, eficaz e tem trazido bons resultados para a juventude. Por isso, causa espanto que tenhamos, neste momento, a redução dos números de grupos atendidos.

Primeiro, seria a manutenção do valor de 3.500 milhões, sendo 3.200 para pessoa física e 300 mil para a jurídica.

Segundo, a criação de um programa de fomento, à produção de coletivos culturais

que já possuem ações em andamento.

O VAI mostrou que vários coletivos atendidos, depois de dois anos, não podem mais ser atendidos por esse Programa, mas ainda infelizmente são amadores ou semiprofissionais e não têm acesso às políticas de fomento à cultura do Brasil, até pela deficiência dessas políticas, então eles precisariam ter um tipo de incentivo após o VAI.

Por isso, pedimos a reserva de um orçamento no valor de 1.500 milhão, para esse Programa, que atenderá os projetos já atendidos pelo VAI e outros que já têm suas iniciativas em andamento. (Palmas)

O terceiro ponto é a garantia de implementação de três novos centros culturais de juventude, como previsto no documento do Plano de Metas, da gestão Kassab. Foram citados alguns desses projetos pelo Secretário, assim como o CCJ Ruth Cardoso Vila Nova Cachoeirinha, entendemos que tais equipamentos devem ficar sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura.

Então, como há ainda um ano de gestão, parece-me estranho que haja uma redução de orçamento com a necessidade de implementar três equipamentos desse porte.

Em quarto lugar, garantir a ampliação e a descentralização do espaço de produção e difusão de cultura, dando maior eficiência e qualidade aos já existentes e criando uma estrutura de gestão democrática, com ampla participação da juventude nas diferentes regiões.

Destacamos dois pontos: há uma lei que prevê 31 casas de cultura em cada subprefeitura, infelizmente isso tem sido desrespeitado. Essas casas de cultura estão nas mãos da Secretaria das Subprefeituras que hoje tem criado uma grande dificuldade, pois elas funcionam de forma muito aquém.

O coordenador de cultura de cada CEU hoje está na Secretaria de Educação, percebemos como isso prejudicou o funcionamento das atividades culturais nos CEUs e a possibilidade de diálogo com a comunidade, portanto, gostaríamos que esse coordenador de cultura voltasse para a Secretaria de Cultura.

Esta carta está assinada por: Juventude da Rede Nossa São Paulo, Ação Educativa, Instituto Paulista de Juventude, Comunidade Cidadã, Movimento Passe Livre, Escola de Governo, Sarau da Brasa, Revista Viração, Ecos Comunicação e Sexualidade, Secretaria de Juventude da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, Centro de Estudos de Memória da Juventude, Fórum Hip-Hop, União Municipal dos Estudantes Secundaristas – UMES e a Educafro.

Conseguimos essas assinaturas em dois dias e tenho certeza que será ampliada nos próximos dias.

Gostaria muito que o Sr. Vereador e relator Milton Leite, considerasse essas demandas. Acompanharemos o processo e aguardaremos uma resposta da Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero ouvir o Secretário sobre o documento e a fala do Gabriel, para que possa fazer as dotações, ou verificar se já foi contemplado em parte ou em todo.

Recebo o seu documento, não quer dizer que acolho, mas recebo. Ouvirei o Secretário e averiguar o que é possível fazer. Leia-se que tenho sempre muito boa vontade com essa pasta.

Esclareço aos presentes, com relação à fala do Fabio, porque sou consciencioso, mesmo quebrando o Regimento.

O Sr. Fabio Siqueira é um cidadão que estuda o orçamento não só da Cultura, como vocês viram ele é bem preparado, mas de todas as pastas. Ele comparece em todas as audiências públicas e “esnuca” as autoridades, para responder claramente sobre o não cumprimento, ou o cumprimento, porque ele elogia quando cumpre.

A ele é dada essa concessão, porque ele se dispõe a vir como cidadão, às suas expensas. Vocês vêm e participam de uma audiência, a da Cultura, por exemplo, ele vem de 17 e estuda o orçamento de todas. Por isso, a concessão do tempo, às vezes além dos três

minutos, dado o trabalho e o esforço que todos viram. Para estudar o que ele viu da Cultura, é porque ele se dedica muito a isso.

Peço a compreensão para aquele que estuda e defende muito bem as propostas para a Cultura. O não cumprimento principalmente.

A concessão da relatoria dá-se por conta disso, pelo esforço pessoal dos que vêm, sem desmerecer os demais que fala. Por isso, na forma do artigo 85, Inciso 5º, do Regimento Interno, tenho de obedecer três minutos, rompo esse tempo para aqueles que se dedicam à causa pública possam ter um tempo de compreensão, sob pena de, ao não fazer, desestimular a discussão.

Peço que cumpram os três minutos, porque temos de encerrar impreterivelmente às 11h e o Sr. Secretário tem de responder.

O SR. SANDRO BORELLI - Cumprimento a mesa, os Vereadores José Américo, Milton Leite, o Secretário Calil e os presentes.

Lerei uma carta manifesto da Dança:

“Por uma política pública para a dança. O corte proposto no Orçamento da cidade de São Paulo, em 2012, para a área da Cultura, lesou equivocadamente o Programa de Fomento à Dança em 16%, em relação ao Orçamento de 2011.

Frente a essa disposição tecnocrata proposta pela Seplan, a Cooperativa Paulista de Dança e o Movimento Mobilização Dança, vêm reivindicar não só a manutenção atualizada da verba destinada a essa pasta, mas o aumento necessário e indispensável do valor destinado ao Programa de Fomento à Dança de, pelo menos, 50%, conforme o que segue:

1. A rubrica da Dança sofreu de maneira grosseira um corte de 16%, é uma perda significativa no recurso do fomento que, para 2011, foi de 7.180 milhões. Para 2012, o valor é de 6.024. A defasagem no valor é mais gritante quando sabemos que parte desta verba é destinada a pagamentos do final de projetos contemplados em 2011.

Em contraponto, a receita da Cidade, o seu Orçamento teve um aumento de 10%.

Ao invés de corte, cada um repasse direto aumento para essa rubrica.

2. A categoria estava aguardando o que tinha sido prometido pela Prefeitura de São Paulo, um repasse de 15% aos projetos do Fomento à Dança e ao Teatro, para compensar o aumento de impostos gerado pelo Decreto 51.300. Esse repasse foi a solução indicada pela própria Prefeitura, após intensas mobilizações da classe artística e várias negociações que incluíram a presença do nosso Prefeito Gilberto Kassab. O valor desse repasse estaria em torno de 1.077 milhão.

3. A verba destinada já vem, há muito, sendo insuficiente para a realidade da dança paulistana, frente à ampliação continuada do contingente de profissionais atuantes e a intensificação de suas ações artísticas formativas e políticas. Estamos no momento pleiteando a extensão do prazo de execução dos projetos para dois anos, assim como o aumento do teto do Fomento à Dança - isso já ocorre no programa do Fomento ao Teatro -, para tanto a atualização proposta acima de 10%, no valor de 718 mil, completaria um total de 9.693 milhões, para o Programa de Fomento à Dança, em 2012.

A dança paulistana passa por um momento especialmente fértil em termos de pesquisa e produção. Reconhecendo a crescente demanda nessa área, seria pertinente e estratégico para os atuais representantes do povo desta Cidade, não apenas a manutenção dos canais já existentes, como também a ampliação de novas possibilidades de sustentação.

Uma gestão pública séria e competente conhece, reconhece e valoriza a produção artística, os artistas e os fazedores de cultura da Cidade. Ao propor cortes no orçamento na área da cultura, demonstra claramente a incapacidade de compreensão dos valores que regem a sociedade contemporânea à arte e ao fazer artístico.

Assim, neste manifesto, a Companhia Paulista de Dança, o Movimento Mobilização Dança, o Movimento a Dança se Move e a colaboração da Companhia Paulista de Teatro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Sandro, gostaria que o senhor entregasse

o documento, por escrito.

Sempre digo que quero ouvir o Secretário, para observar o que ele tem a atender, ou já está atendido no todo ou em parte, para que possa tomar providências.

Recebo o documento, não significa o acolhimento, mas tenho a maior boa vontade com a cultura. Especialmente a vocês que todos os anos têm participação efetiva na Comissão. É aqui que se luta e discute o Orçamento. Os que não vêm, pecam pela ausência. Vocês provavelmente terão parte do sucesso atendido porque manifestam as suas razões.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Como testemunho dos anos que temos vindo, tenho acompanhado o pessoal do Fomento ao Teatro e do Fomento à Dança, gostaria de reconhecer que V.Exa. tem sido um amigo e parceiro muito importante da cultura, em particular do Fomento ao Teatro, pois V.Exa. foi o responsável por atualizar financeiramente o Teatro, no ano retrasado. A partir daí tudo encaixou-se no Teatro. Também com relação ao Fomento à Dança, V.Exa. sempre atendeu as reivindicações da categoria.

Reconheço que V.Exa. é um parceiro importante, um amigo da cultura e em particular dos Fomentos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Obrigado.

Chamo o Sr. Oswaldo Pinheiro, da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. OSWALDO PINHEIRO – Bom dia a todos, sou representante da Cooperativa Paulista de Teatro, escrevi algumas palavras na tentativa de organizar melhor o pensamento.

“Exmos. Srs. e Sras. Representantes do poder público e sociedade civil organizada. Infelizmente, voltamos mais uma vez a esta Casa para tratar de velhas pautas que deveriam ser tratadas como prioridade em qualquer governo deste país.

Sabemos da miséria nossa de cada dia e é isso que nos torna cada vez mais fortalecidos para encarar essa luta. A cultura não pode ser encarada como mercadoria.

Sabemos que neste ano tivemos uma grande arrecadação na Peça Orçamentária do Município e não podemos mais suportar esse orçamento moribundo e indecente na área da cultura.

Portanto, como cidadãos contribuintes é nossa função vir pressionar, para que não tenhamos corte em nenhum item orçamentário e fortalecer a luta dos companheiros da Dança que, assim como no Teatro, com suas leis de Fomento, têm servido de exemplo para todo país e para o mundo.

É uma vergonha essa situação já que a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo tem programas tão sonhados em todo o país.

Cultura não pode ser encarada como mercadoria e é obrigação do poder público possibilitar o acesso à população e fruição da cultura.

Sr. Secretário Calil, soubemos que o Teatro Flavio Império, o patinho feio da Prefeitura, que está há quase uma década fechado, finalmente teve seu projeto de reforma aprovado, mas sem consulta com a população local. Pedimos uma reunião urgente com a comunidade para a formulação do projeto.

Nós, da Roda de Fomento ao Teatro, enviamos uma proposta relativa à 19ª edição do Fomento e eu gostaria de saber quando iremos receber uma resposta, assim como uma data para a criação do Conselho Municipal de Cultura.

Sr. Vereador Milton Leite, gostaríamos de um esclarecimento urgente sobre esse absurdo corte na área da cultura, numa situação de tão positiva arrecadação no Município.

Essas são palavras de solidariedade dos representantes do Movimento Roda do Fomento, Movimento dos Trabalhadores da Cultura, que ocupou a Funarte em 2009, e agora em 2011, e Cooperativa Paulista de Teatro, pelo valor integral do Programa de Fomento à Dança; valor integral do orçamento das atividades do Centro Cultural São Paulo, Programa de Iniciação Artística e reforma já do Teatro Flavio Império; assim como pelo valor integral de todos os itens orçamentários da área da cultura, pois não abriremos mão.

Abaixo a baixaria, cultura não é mercadoria.” (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Oswaldo, normalmente ouço o Secretário a respeito, mas esclareço que não sou responsável pelo corte, mas pela reposição do dinheiro. A tesoura é de outro, eu apporto recursos. Veio do Governo, das Secretarias de Planejamento e Finanças, que formalmente não estão, mas estão presente no ato da tesoura.

Cabe a mim, com o apoio dos Srs. Vereadores, tentar recompor o máximo possível, eu vou trabalhar para isso, como tenho feito permanentemente todos os anos que tenho relatado o Orçamento. Só esclarecendo a V.Sra.: eu não corto, eu tenho repostado o Orçamento com bastante criatividade para que não haja prejuízo para a cidade. Ademais, o Sr. Secretário vai falar a respeito.

Tem a palavra o Sr. Paulo.

O SR. PAULO – Bom dia a todos. Apenas tenho dois questionamentos devido à preocupação de quem participa do Theatro Municipal atualmente. Qual a previsão de Orçamento específico para o Theatro Municipal, tendo em vista a implantação da Fundação IOS, que administrará os corpos estáveis do Theatro.

A segunda questão é se com a mudança de estrutura será o Orçamento, 38 milhões, conforme citado pela própria mesa, dirigida ao Theatro Municipal suficiente para a manutenção da folha de pagamento e projetos artísticos, percebendo-se a implantação de CLT gerará aumento da carga trabalhista tributária de quem participará do Theatro Municipal como funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Secretário fará esclarecimentos a respeito específico da fundação Theatro Municipal e seus recursos. Gostaria de ouvir a Secretária, mas o Presidente da Fundação fará esclarecimentos a respeito. Se me der por convencido ela não precisará falar, senão eu a convoco para que venha à Mesa.

Tema a palavra o Sr. Marcos Morais.

O SR. MARCOS MORAIS – Bom dia a todos. A minha fala aqui é só para apontar

as colocações que foram aqui feitas pelos companheiros da dança no sentido de traduzir um pouco o que significa este movimento da dança que está crescendo cada vez mais e se desenvolvendo. Estivemos junto com o Sr. Secretário em uma série de circunstâncias.

Inicialmente, o Sr. Secretário expressou que não era a favor do fomento como lei, mas, ao mesmo tempo, ele teve um papel que reconhecemos na implantação deste programa. A Secretaria teve um papel no sentido de melhorar administrativamente para darmos conta de trabalhar em relação a isso.

Embora reconheçamos este mérito, sentimos ainda que todo o ano temos de fazer uma pressão para aviar recursos, para haver um entendimento de o porquê de estarmos pedindo o que estamos reivindicando. Existe uma massa crítica crescente na área da dança, as pessoas estão se reunindo constantemente, trabalhando em cima de qual é a nossa função na sociedade. Temos uma visão clara de qual é o papel da dança e também o seu potencial em São Paulo.

Portanto, não estamos aqui de maneira alguma querendo reivindicar alguma coisa em termos de pensamento de grupo que está querendo alguma coisa, mas estamos pensando no desenvolvimento da cidade.

Existe um grande envolvimento de pessoas jovens, de novos criadores, de companhias de mais de 15 anos trabalhando, de pessoas que estão trabalhando com manutenção e pesquisa e entendemos de que isso precisa de um apoio. São Paulo tem muito mais para dar nesta área. A cidade está muito aquém ainda do potencial que possui e é por isso que estamos reivindicando esses recursos. Existem muitos grupos, quando a gente fala movimento tal, não aparece a quantidade de pessoas que estão envolvidas nisso, mas estou aqui para enfatizar realmente que nós gostaríamos muito de continuar crescendo e trabalhando. Saímos da pré-história para entrar na história, ou seja, estamos começando a construir uma política pública, há muito caminho para percorrer ainda e esperamos que a Secretaria tenha a sensibilidade para entender e, inclusive, pensar no legado que vai deixar na

sua gestão.

Acho que é um momento de ajuste para avançarmos e o que recebemos é um corte, num momento em que a cidade está ganhando mais. É inaceitável o corte!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, quando V.Exa. encaminhou o Orçamento para a Seplan, qual foi o valor que V.Exa. enviou?

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Setecentos milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ou seja, 45%.

R – Eles não consideram que cortaram porque consideram os valores praticados. A Secretaria não tem condições de gastar 700 milhões.

P – O senhor está inscrito com 312?

R – São 357.

P – Trezentos e cinquenta e sete com os fundos? É 50% do valor. É a maior que tenho conhecimento, de proposta orçamentária.

R – Talvez se tenha proposto mais e quem cortou...

P – O senhor está abrindo uma lacuna para dizer que houve uma hipérbole no orçamento encaminhado?

R – Talvez sejamos ambiciosos demais e eles sejam rigorosos demais. Talvez a virtude esteja no meio.

P – Uma ambição para cultura, nunca é demais. Tenha certeza de que o senhor gastaria. Por favor, as respostas, Sr. Secretário.

R – Vou começar pelo fim, depois eu volto. Começarei pelos fomentos. Concordo com as considerações feitas pela cooperativa de teatro e de dança. Não partiu de nós, evidentemente, o corte e nem permitiríamos que isso acontecesse. Eu mesmo disse que nem que isso significasse um sacrifício maior do Orçamento interno da Secretaria de Cultura, a gente reporia o valor para mantermos o valor de investimento deste ano. Era o mínimo que eu

poderia me comprometer e o máximo que posso me comprometer neste momento com os senhores.

Portanto, achamos sim que a dança se desenvolveu bem neste último ano e conseguimos contratar os 30 projetos, coisa que não tínhamos conseguido antes, portanto, houve realmente uma melhora de desempenho que foi reconhecida aqui. Há uma demanda reprimida sim, portanto, não há motivo algum para cortar o valor da dança.

Estou de acordo com a reivindicação, faço minha as palavras trazidas. O que precisa ser dito é que o carregamento é natural, não importa o valor que seja colocado para o fomento. Contrata-se num ano um projeto que é plurianual, é obvio que o projeto não sendo executado naquele ano, ele carrega para o ano seguinte um valor residual. Isso é inevitável. Não dá para controlar qual é este valor porque depende do projeto. Se o projeto é de execução mais rápida, ele, às vezes, se conclui em menos tempo, se é um projeto de pesquisa mais profundo, demora mais. Nisto o carregamento sempre estará presente, seja no teatro, seja na dança, ou no cinema. Neste ano até mudamos o programa de cinema de maneira que o carregamento seja diminuído.

Portanto, a questão o carregamento sempre estará presente, não importa o valor. O valor em relação ao fomento tanto do teatro, quanto da dança, tem limites. Um de capacidade de execução nossa, a equipe é a mesma e muitas vezes não possui condições de ir longe demais. Mas, tem dado conta por enquanto.

No caso do teatro, não foi dito aqui, mas aumentamos o valor do teatro no ano passado de 11 para 13, um valor que não estava previsto na progressão da lei e executamos quase tudo. Não executamos mais porque batemos no próprio limite que a própria lei coloca, portanto, há limites financeiros para o fomento ao teatro que não são impostos por nós, não são problemas só de execução.

Que fique claro então que a Secretaria está empenhada e provou isso este ano na execução dos fomentos tanto do teatro, com também do cinema. Executou o máximo que pode

em relação ao teatro e isso é perfeitamente comprovável. E conseguimos atingir uma meta que a lei do fomento à dança tinha projetado: 30 projetos. Portanto, atingimos um patamar importante de ser registrado. Gostaria que as emendas do orçamento pudessem repor o orçamento em condições perfeitas. Se isso não acontecer a Secretaria reporá o valor retirado da dança, porque ela mesma não concorda com esse corte. Que isso fique muito claro.

Com relação à fala do Oswaldo Pinheiro, quero dizer que na nossa Secretaria, Cultura não é mercadoria, não há nenhum programa nosso em que a cultura seja tratada como uma mercadoria, portanto, está bem que esse bordão seja dito, mas não precisa ser no meu ouvido. Eu não tenho de ouvir isso e nem sei se é este o lugar para falar disso.

Com relação ao Teatro Flávio Império, ele não é um patinho feio até porque tenho relações familiares com a figura do Flávio Império. Não teria nenhum motivo para transformar esse teatro em patinho feio. Houve um problema, não sei se foi suficientemente divulgado, durante o projeto do Teatro Flávio Império. Houve uma demanda da Secretaria de Educação, há alguns anos, de um terreno para a construção de uma escola em Cangaíba, e o terreno disponível era o terreno dos fundos do Teatro Flávio Império.

A Secretaria de Educação nos pediu o terreno e não havia motivo para não ceder. Ao ceder esse terreno, propusemos que essa escola que ia ser construída em Cangaíba, tivesse algum vínculo com o teatro, porque senão este ficaria de costas para a escola e não faria muito sentido. O projeto foi desenvolvido na Secretaria, existe até a maquete se quiserem ver. Nesse projeto há uma escola e um centro de formação teatral entre a escola e o teatro. Um pequeno edifício entre o prédio da escola e o teatro, e os alunos que se interessassem em fazer curso de teatro – não obrigatório – fariam e poderiam exercer essa vocação no próprio teatro.

Acontece que a Educação, no meio do caminho, abandonou o projeto. Como a Secretaria de Obras havia feito o projeto da escola junto com o teatro e esse centro de formação teatral, esse projeto teve de zerar. Ou seja, a Educação ao desistir da escola liquidou

com o projeto. Tivemos então que separar o projeto do teatro e refletir sobre o que fazer com o terreno, que está lá sem uso. Nossa proposta foi fazer um parque no entorno do teatro, tanto é que o nome do teatro passaria a ser Teatro Parque Flávio Império. O projeto foi desenvolvido, está pronto e tem um folheto que explica. Ele custa 5,3 milhões de reais e foi licitado e está contratado. A obra vai começar até o final do ano. Isso está no *Diário Oficial*.

Lamento, peço desculpas pelo que aconteceu com o Teatro Flávio Império, não houve nenhuma intenção, muito pelo contrário. Vocês podem imaginar o que posso ouvir da minha mulher, que é sobrinha do Flávio Império, mas houve um acidente de percurso nesse processo, que não houve, por exemplo, com o Teatro Cacilda Becker e nem com o Teatro Alfredo Mesquita, que estamos acabando de reformar. Então houve um acidente que já foi superado e, finalmente, espero entregar a obra até o final do ano que vem. Caso contrário, o meu sucessor terá o prazer de reabrir o Teatro Flávio Império em melhores condições daquelas em que o encontrei. Portanto, não há nenhuma prevenção contra o Teatro Flávio Império, ao contrário.

Com relação ao Gabriel, estamos de acordo com ele. Temos um carinho muito especial pelo Vai. Temos tentado executar da melhor maneira possível o Vai e temos tido sucesso nisso, houve pequeníssimos problemas no Vai, quase irrelevantes, em termos de escolha de projetos, acompanhamento e etc. É uma das meninas dos olhos da Secretaria, um projeto que não foi criado por nós, portanto, não tem nenhuma vaidade aí, mas o reconhecimento de que ele tem um poder transformador enorme.

Portanto, o valor que ele pede, um acréscimo de 400 mil reais, ótimo, que isso possa acontecer, mas ele não impediria que o Vai, este ano, pudesse ser suplementado internamente pela Secretaria, mas ótimo que um Vereador tenha a condição de corrigir a rubrica. Não há redução no Vai. Há aí um equívoco na interpretação, o valor de 2,75 milhões do ano passado foi elevado para 3,1 milhões. Claro que poderia chegar aos 3,5 milhões, essa era a nossa proposta, mas não há um prejuízo enorme no Vai a ponto de chamar tanta

atenção.

O programa novo a que ele se refere também foi engendrado na Secretaria. Foi chamado de Pós Vai, não tem nome ainda, mas é um programa para quem já passou pelo Vai. Foi engendrado na própria Secretaria, pela própria equipe que cuida do Vai, portanto, é do nosso interesse. Agora, não posso prometer, porque se não houver aporte de recurso não tenho de onde tirar um programa novo a esta altura do campeonato. Estou tendo dificuldades para cumprir no nível em que está sendo tocado hoje o teatro, a dança e o cinema, não tenho como inventar um programa novo. Portanto, para esse projeto terá de haver uma rubrica nova.

Com relação aos centros culturais da juventude, quero dizer que os nossos centros culturais são da juventude, mesmo que não tenham esse nome. O Centro Cultural São Paulo é da juventude, o Cidade Tiradentes é da juventude e é um centro de formação profissional, além de fruição cultural.

Já respondendo a outras questões, provavelmente não haverá tempo de concluir o projeto do Centro Cultural de M'Boi Mirim, também por problemas em relação à escolha de terreno. A nossa escolha recaiu sobre um terreno que fica ao lado do Hospital do M'Boi Mirim, que seria perfeitamente possível, inclusive, aproveitar alguns estudos já feitos, mas essa área não foi desapropriada e era do interesse da Secretaria do Verde, portanto, não houve possibilidade de conciliação de interesses e ficamos sem área para o M'Boi Mirim. Nossa proposta, neste momento, é fazer esse centro cultural bem próximo ao Parque Piraporinha, ao lado da Casa de Cultura de M'Boi Mirim, que é uma tristezinha. Quem conhece sabe que ela é muito pobre.

Portanto, com relação às reivindicações trazidas pelo grupo, estou inteiramente de acordo com elas e vejo dificuldades sim, principalmente, na implantação desse novo programa que não está previsto em rubrica.

Com relação à Fundação Theatro Municipal, ela está autorizada, não está criada. É isso que precisa ficar claro. O que fez o orçamento foi prever a possibilidade de ela ser criada

no ano de 2012, então haveria uma rubrica para receber recursos. Os recursos necessários para a implantação da Fundação, isto é, da contratação da OS e, antes que alguém levante e faça um barulho com relação a OS, sou bastante crítico em relação a OS, ninguém precisa me ensinar esse capítulo, mas a OS no Theatro Municipal seria a única alternativa para terceirizar, para celetizar as contratações dos artistas, não há outra na legislação brasileira. A mesma que o pessoal do fomento reclama, a lei 8.666, que leva os fomentos a serem interpretados como convênios, é a mesma que não permite que uma fundação pública, porque o Theatro Municipal não é uma fundação privada, isso deve ficar muito claro, não pode contratar artistas a não ser por concurso público.

Então não faz sentido nenhum, ninguém acha que os músicos, bailarinos e professores devam ser contratados por concurso público, não nos parece a melhor solução. Por isso, para que eles sejam celetizados, o que é melhor do que hoje porque muitos deles não são nem celetizados, seria necessário uma OS que pudesse fazer essa contratação. Essa contratação e mesmo o reforço de programação não estão contemplados na peça orçamentária e, portanto, há um problema sim de recursos que precisam ser alocados à Fundação do Theatro Municipal ou a própria Secretaria, que depois repassará à Fundação, quando ela for criada, para que esses artistas sejam celetizados.

Isto é, com os recursos que temos hoje no orçamento não será possível celetizar, ou seja, transformar em contratados formais de carteira, para dar a eles décimo terceiro, férias e fundo de garantia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, quando foi criada a Fundação do Theatro, o senhor não vê prejuízo de solução de continuidade nessa transição, em acelerar isso logo, para o início de 2012, para que o Theatro Municipal não sofra um hiato entre a criação e a implementação?

R – A transição está prevista em três meses, até março. A ideia é constituir a Fundação até março.

P – Esse recurso disponibilizado como está orçamentariamente? Ele está destinado para a Fundação e aí o senhor vai aportar via Secretaria?

R – Por enquanto é possível, o problema é depois de março, porque a Fundação instituída não terá recurso para contratar a OS. Essa é a questão que precisa ser prevista no orçamento.

P – Retomando o que o senhor falou da Fundação Theatro está aqui: atividade 36 milhões; pessoal 2,125 milhões. A fonte 06 deve ser...

R – Deixem-me explicar o seguinte, no Theatro Municipal os artistas são contratados de três maneiras, é uma aberração, uns são efetivos, estão na folha de pessoal; outros são admitidos, o senhor sabe muito bem o que significa isso e os outros são precários. E eles não são contratados como pessoas, eles estão nas atividades, não estão na folha de pessoal, eles não se tornarão integrantes da folha de pessoal.

P – É o que o senhor refere via OS.

R – Isso. Terão de ser feitos via OS ou continuarão sendo precários, o que será um absurdo. Criar uma Fundação para mantê-los precários parece que não faz muito sentido. Então para torná-los celetistas é preciso contratar uma OS, porque esta pode contratá-los como celetistas.

P – Sem concurso?

R – Serão os mesmos que estão lá. Os concursos que existem são de mérito artístico, quer dizer, existe uma coisa normal chamada audição.

P – Não são funcionários públicos.

R – Não são funcionários públicos e a Fundação é pública, portanto, haverá necessidade de aportar recursos para a Fundação do Theatro Municipal, para que ela cumpra o seu objetivo e para que a programação tenha o nível que teve esse ano, espero que as pessoas tenham reparado que houve um salto na programação, é preciso dobrar o recurso previsto de 7,5 milhões.

P – O senhor está falando em, pelo menos, mais 7,5 milhões para o Theatro.

R – Para a programação. Para a contratação da OS, no mínimo, 30 milhões. O Theatro Municipal precisa de um reforço de, no mínimo, 37,5 milhões para poder contratar a OS e celetizar as pessoas. A celetização significa 80% a mais sobre os salários pagos hoje, porque são pagos de uma maneira precária.

Os teatros que estão reformados, Cacilda Becker, Décio de Almeida Prado, Theatro Municipal de São Paulo, que inclusive, ganhou o Evento do Ano da Editora Abril, o que não é pouca coisa e o Teatro Zanoni Ferrite.

Em obras temos o Teatro Biblioteca Prestes Maia, era um auditório que tinha condições de ser teatro, em vez de reformarmos um auditório o transformaremos em teatro, pequeno, mas um teatro. Essa medida feita na Biblioteca da Vila Formosa deu muito resultado, o Teatro Zanoni Ferrite é um sucesso, espero que os senhores saibam disso. É um teatro modesto, mas tendo em vista a demanda reprimida por palcos em São Paulo, não vejo porque não fazer um teatro num auditório que possibilita isso, já que o auditório tinha de ser reformado. Portanto, não entendo como legítima a queixa do Dr. Fábio em relação à transformação do auditório em Teatro Biblioteca Prestes Maia.

O Teatro Alfredo Mesquita está em conclusão e acho que vai ficar bom, porque vai permitir um estacionamento bastante interessante, permitirá um acesso bem mais facilitado. O Teatro Martins Pena que faz parte do Centro Cultural da Penha, também já está bem avançado, já existia, é um teatro modesto, mas terá melhores condições de exercer sua modesta função.

O Teatro Arthur Azevedo também está em reforma e tem um problema um pouco mais complicado, se alguém perguntar por que demorou tanto tempo a explicação existe, é um teatro feito num prédio tombado pelo patrimônio histórico. É um teatro, cujo projeto não pode ser alterado, graças a Deus, porque é um bom projeto. Então toda sua planificação passa por um processo muito mais complicado, mas já está com a licitação pronta e o problema é com a

empresa que vai ser contratada. Nossa ideia é contratar até o final do ano.

O Teatro Paulo Eiró já está em obras. É um teatro grande e de outra cidade, porque Santo Amaro era outra cidade até a década de 30. É um teatro de porte razoável. O Flávio Império, como lhes disse, a contratação também já saiu e será transformado num teatro parque.

P – O senhor não falou do Teatro Paulo Eiró.

R – Vereador Milton Leite, pobre não recusa ajuda. Aceito de bom grado se o senhor quiser fazer uma emenda para o Teatro Paulo Eiró e para o Centro Cultural de Santo Amaro, que está instalado no antigo prédio da antiga Biblioteca Robert Kennedy, o que significa uma biblioteca temática em arquitetura e um teatro novo.

P – Estou falando do Teatro Paulo Eiró.

R – Para o Paulo Eiró será muito bem vinda uma emenda sua.

P – A ideia é que ele voltasse a funcionar.

R – Ele já está em obras.

P – E qual é a estimativa de prazo?

R – Até o final do ano que vem.

P – Quero registrar que o Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Antonio Carlos Rodrigues e os Vereadores membros Celso Jatene, Ricardo Teixeira, Atílio e Donato estão chegando agora porque, impreterivelmente, às 11h teremos de encerrar, pois temos outra reunião ordinária da Comissão.

Tem a palavra o Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Apenas para fazer uma observação, em primeiro lugar, reconhecer que o Secretário Kalil foi uma pessoa importante para a implantação do fomento à dança, montando uma estrutura de acompanhamento na Secretaria que viabilizou a execução desse projeto. Então é inegável que se reconheça isso. Também acho muito simpática a posição dele em reconhecer as reivindicações, que foram apresentadas, em relação a todos os

programas. Isso é muito bom.

Quero lembrar o seguinte, os 15% é a questão dos impostos. Foi uma saída encontrada, para que se declarassem nos projetos os impostos, e assim resolvesse o problema da forma de contratação sem onerar os grupos. Então naturalmente vamos precisar de 15% a mais em qualquer condição.

Em segundo lugar, a questão dos dois anos. Devo apresentar um projeto, por sugestão da Cooperativa e do Mobilização Dança, no sentido de ampliar para dois anos a execução dos projetos, se bem que isso pode ser tratado anualmente, porque um projeto de dois anos vai recebendo ao longo de dois anos; não recebe tudo em um ano, o que é resolvido por cada orçamento.

E com relação ao carregamento de dívida dos anos passados, Sr. Secretário, eu acho que, contabilmente, isso é absolutamente defensável. Só estávamos querendo dizer o seguinte: vamos aumentar para compensar. Não que isso seja algo errado, acho que não é, é isso mesmo. É só compensarmos para que não haja uma “perda”.

Outra coisa: O Secretário, na verdade, vem aqui para representar a Secretaria e dizer, mais ou menos, qual foi o projeto que veio para cá. Nós, Vereadores, o Relator do Orçamento, ouviremos as reivindicações para, depois, em negociação com o Governo e com a própria Câmara, estabelecermos uma proposta final de orçamento. Portanto, as reivindicações poderão ser atendidas, como já foi dito aqui pelo nobre Vereador Milton Leite desde o início da reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, fiz um acordo com o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que concedeu mais cinco minutos para que o senhor conclua as respostas.

O SR. CARLOS AUGUSTO CALIL – Não conseguirei responder tudo, mas quero comentar algumas questões que foram mencionadas aqui. Primeiro, em relação à Marilena

Chauí, pela qual tenho grande admiração, pois é minha colega de universidade, amiga pessoal, que acompanha minha gestão, e ela sabe que continuei os projetos dela.

Não me lembro de ter dito que nunca foi feita obra nenhuma da Mário de Andrade. O que sei é que a Marilena Chauí deixou a máquina de ar condicionado pronta, só faltava ativar, e a gestão que a sucedeu nunca apertou o botão da máquina de ar condicionado. Isso era motivo de piada entre nós, que a máquina estava instalada no porão da biblioteca, pronta para ser acionada, e nós acionamos a máquina metaforicamente.

Portanto, por onde passo, as melhores coisas que encontrei, tudo o que foi feito na Secretaria de Cultura, na gestão anterior à minha, foi a gestão da Marilena Chauí. Estamos reformando os teatros, que foram construídos na gestão dela. Portanto, não existe hostilidade, muito menos ignorância minha em relação ao legado de Marilena Chauí.

O que eu disse e que, talvez, tenha sido mal interpretado é que uma reivindicação da segunda torre da Biblioteca Mario de Andrade é desde 1957, de Sérgio Milliet. A Marilena Chauí não podia fazer a segunda torre, porque a biblioteca não comporta uma segunda torre, então teve de ser feita em outro local. Era a isso que eu me referia, não tem a ver com crítica à Marilena Chauí.

Em relação à Marta Suplicy, trabalhei no governo dela e fui um diretor do Centro Cultural São Paulo muito orgulhoso do que fiz lá. Portanto, não tenho nenhum objetivo de ficar desqualificando ninguém aqui. Entretanto, eu, que gastei do dinheiro de 2004 pelo Centro Cultural São Paulo, tive de pagar a conta dos 20 milhões que tinham sido cancelados.

Se havia ou não dinheiro, senhores, não encontrei essa chave em lugar nenhum. Eu sei que o Orçamento de 2005 foi sacrificado por dívidas de 20 milhões herdadas da gestão anterior.

Dito isso, e sem querer polemizar, o Programa de Iniciação Artística é uma das nossas meninas dos olhos. Eles são implantados em 10 CEUs porque a Secretaria da Educação assim o determinou. E não sou Secretário da Educação, não posso ser o Secretário

da Educação, e nem quero ser o Secretário da Educação. Acho que a encrenca dele é bem maior do que a minha.

Esses CEUs estão preparados, têm interesse nisso, e essa atividade flui. Em outros CEUs não funciona. Mas essa é outra discussão que não vale a pena neste momento.

Portanto, o PIÁ é um programa muito bem sucedido criado nessa gestão. Espero que seja continuado por meu sucessor, assim como continuei projetos como o de Fomento ao Teatro, porque ele é muito bom, muito interessante. Agora vai no limite das nossas possibilidades, e não conforme os nossos desejos.

As bibliotecas dos CEUs também não nos pertencem. Oferecemos à Secretaria da Educação, num certo momento, incorporá-las à nossa rede. Chegou a ter uma portaria intersecretarial, e houve resistência no corpo técnico da Secretaria da Educação. Não foi do Sr. Secretário.

Existe uma ideia de que a Cultura ameaça a Educação. Entendo o porquê. E ameaça mesmo. Os CEUs têm um problema grave, que é conviver Cultura com Educação. A Educação põe na norma; Cultura tira da norma. Se o diretor do CEU é um educador, ele tem sempre de desconfiar do que vamos aprontar no lado da Cultura. Há uma tensão que não foi resolvida. Espero que a próxima gestão resolva.

O Teatro de Vila Prudente, infelizmente, não será feito nessa gestão, porque houve uma briga política, de tamanho maior do que a minha capacidade de administrar, entre grupos que dominam a área; e aquilo que estava previsto para ser feito numa área foi inviabilizado.

Levamos o projeto, que está pronto, a ser contratado amanhã, para o Centro Artur Federrach(?) e, em seguida, soube que há uma obra no Plano Diretor da Cidade de construção de um piscinão embaixo do Federrach(?). Portanto, só poderá ser construído depois do piscinão, o que significa fora dessa gestão, e não posso fazer nada.

Há uma tentativa desses dois grupos de se conciliarem. Pode perguntar para o nobre Vereador Chico Macena, para o Deputado Adriano Diogo. Todos estão a par dessa

história, então pode perguntar a eles, melhor do que a mim, por que o Teatro de Vila Prudente não sairá.

Não sairá, e não foi por falha nossa, nem falha, nem incúria nossa. Espero até deixar encaminhada a licitação. Mas por enquanto não há um terreno para assentar isso.

Com relação às casas de cultura, quero trazê-las de volta desde que sou Secretário da Cultura, mas há um problema político de grande envergadura, que passa por esta Casa, evidentemente, onde se faz a política da Cidade. Todo mundo sabe disso. As casas de cultura estão na iminência de voltar para a Secretaria de Cultura. O decreto está praticamente pronto a ser assinado.

Faremos um diagnóstico de emergência e de mais longo prazo para verificar quais são os investimentos em programação, em pessoal, em obras, em manutenção, para que elas tenham um mínimo de atuação. Muitas delas serão transformadas em centros culturais, por exemplo.

Não faz sentido que Grajaú ou Lapa, o Tendal da Lapa, sejam casas de cultura. Elas estão em outro estágio. No decreto, elas já são transformadas em centro cultural, portanto, terão um tratamento pouco mais ambicioso.

Com relação ao Teatro de Freguesia do Ó, ele era um dos meus xodós. A ideia era fazer um teatro de arena na área ao lado do Salvador Ligabue. O projeto também ficou pronto, porém, o Subprefeito, que não sabia aparentemente desse projeto, embora ele estivesse no plano de metas da Prefeitura, fez lá um auditório. E nós “recolhemos o carro”, com um travo amargo na boca, porque a nossa ideia era fazer um teatro de arena ali, exatamente como o teatro de arena da Teodoro Bayma, com aquela dimensão. Mas o projeto, que estava pronto, não foi possível.

Com relação às subvenções, somos autorizados a pagar quem nos solicita. Quem não solicita, não podemos pagar. E o MAM, há muito tempo, despreza o nosso valor, que é irrisório, de fato. Não posso dar ao MAM aquilo que ele não precisa e não solicita. A Bienal

solicita e pede; o MASP precisa e pede. Aliás, ambos pedem mais, valor que não pude cumprir.

Quanto a Dorina Nowill, não sei, mas vou investigar.

O Conselho Municipal de Cultura já foi convocado, e a primeira reunião ocorrerá até o final deste mês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agradeço aos senhores. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os nossos trabalhos.
